

Desenvolvimentos geográficos desiguais: os territórios no capitalismo

Debate ou discussão em teoria social

GT 7: Desarrollo territorial y local: desigualdades e descentralización

Tiago Camarinha Lopes¹

Resumo

O artigo apresenta, após recuperação do debate em torno do desenvolvimento territorial, a teoria de Harvey dos desenvolvimentos geográficos desiguais a partir de uma aproximação com a tradição filosófica e política do marxismo. É argumentado que a junção de geografia com a economia política marxista realizada por Harvey permite evitar o abandono dos princípios gerais que regem o modo de produção capitalista na hora de explicar os particularismos dos diferentes locais e sociedades atingidos pela globalização.

Palavras chave: desenvolvimento territorial, geografia, capitalismo

1 Introdução

A formação de um mercado mundial, processo histórico relativamente antigo que preparou terreno para a ascensão do modo de produção capitalista, gerou diversos problemas para a análise dos desenvolvimentos econômicos e sociais regionais. Assim que a dinâmica central do sistema passa a ser condizente com a lógica de valorização de valor, as atividades de reprodução material locais não podem ser estudadas como se elas fossem independentes da totalidade econômica capitalista. Recentemente, a globalização lançou desafios para a análise destas unidades aparentemente desconectadas do modo de produção global dominante. A idéia de que as barreiras geográficas desapareceriam e de que a sociedade humana operaria um sistema homogêneo precisa ser completamente revisada, caso se queira apreender com exatidão o que ocorre com os territórios neste processo de globalização.

O problema, conforme aponta Brandão (2007), é que, levando em conta a aparência do desenvolvimento total, e assim, desconsiderando as hierarquias e consequentes conflitos pela apropriação de riqueza, “*teria ocorrido o fim das escalas intermediárias (e das mediações) entre o local e o global*” (Brandão (2007), p. 35). Haesbaert (2006) sintetizou tal raciocínio de desaparecimento das determinações nacionais e locais, como se os governos não tivessem mais nenhum raio de ação, com a noção de “fim dos territórios”. Sua crítica contra a noção da liquidação da cultura local indica que, muito além de uma simples homogeneização dos territórios ou de um processo cabal de desterritorialização, haveria, em contrapartida, um de reterritorialização. Deste modo, a recriação incessante de espaços característicos de uma certa cultura ou tradição inviabilizaria o ideal de que o mundo seria plano, na terminologia de Friedman (2005).²

¹ Professor de economia daUFG, Goiânia, Brasil e doutorando em economia, UFU, Uberlândia, Brasil. Agradeço os comentários do prof. Antônio César Ortega e dos colegas participantes do seminário Desenvolvimento Territorial no IEUFU em 2012. Email: tiagocamarinhalopes@gmail.com.

² Thomas L. Friedman defende uma visão de globalização em que as divisões territoriais se tornam cada vez mais irrelevantes e que os países tem condições iguais de competição no mercado mundial. Ver Friedman (2005).

Toda uma sequência de literatura se desenvolveu com base nesta impressão, com o que a centralidade das disputas, da heterogeneidade e das desigualdades foi deixada de lado. O mais preocupante do ponto de vista científico é que a eventual recuperação da importância das localidades se deu com base em formas ideológicas voluntaristas, como se o desenvolvimento dependesse apenas da força de vontade das pessoas vivendo no território em questão. O conceito de capital social ganhou aqui um espaço profícuo para seu desenvolvimento, e assim, os aspectos de interação social local, cooperação e relações de mutualidade tiveram boa dose de atenção na busca por uma teoria dos territórios na globalização, sem que se lembrasse que o processo de integração econômica promovido pelo capitalismo é incessante, e que a solução para a crise do sistema consiste em explorar seus progressos científicos e tecnológicos na construção de uma nova forma de organização da produção e distribuição.

Para recolocar os estudos de desenvolvimento territorial nos trilhos de uma pesquisa voltada para a ação condizente com os interesses dos direta e indiretamente afetados pela globalização enquanto força externa é preciso conectar as determinações gerais, fora do domínio local e que se impõe de acordo com o desenvolvimento capitalista mundial, com as determinações específicas, regionais ou locais. Além de ser um eixo de análise que combine conhecimentos de diversas áreas, como a geografia, a história e a economia, defendemos que esta retomada teórica deve também conter elementos fundamentais que permitam organizar todos os fenômenos da dinâmica territorial em um arcabouço único bem delimitado. Este arcabouço, de acordo com o estudo aqui efetuado, é a teoria econômica desenvolvida a partir da Crítica da Economia Política realizada por Karl Marx.

Toda dificuldade reside em mediar corretamente a lógica de valorização do valor (causa explicativa última de todo movimento do sistema econômico do presente) com as especificidades e determinações das ações humanas que não podem ser explicadas pelo cálculo econômico capitalista em sua versão mais pura. Com o intuito de encontrar direcionamentos neste sentido, este artigo argumenta que diversas contribuições de autores envolvidos no tema devem confluir para a sistematização de princípios gerais da geografia, cuja expressão concreta no modo de produção capitalista veio a ser denominada por David Harvey como desenvolvimentos geográficos desiguais, algo que expressa um movimento específico para o espaço e território, cuja contrapartida mais abstrata é a lei do desenvolvimento desigual e combinado, ou o próprio movimento dialético.

2 Os locais na globalização

A constituição de um mundo aparentemente homogêneo via globalização criou a impressão de que as determinações políticas no local e no global fossem as mesmas. Ou seja, a atuação política não precisaria distinguir patamares ou escalas entre estes dois espaços sociais e de produção. No entanto, a análise atenta dos locais na globalização indica que tais mediações são necessárias, visto que cada território terá características únicas de acordo com o desenvolvimento histórico das forças produtivas e das tradições do local em questão. Na busca por um eixo norteador para a construção de uma teoria do desenvolvimento territorial no capitalismo concreto, repleto de irregularidades, diversas contribuições apareceram ao longo do século XX. Se, por um lado, elas corretamente tentavam combinar campos do conhecimento distintos, como a geografia, as ciências sociais, psicologia e história, entre outras, por outro lado, o foco remoto que uma vez sustentou a chamada Economia Política não foi recuperado de modo sistemático, a não ser pelo geógrafo David Harvey. Por que a simples mistura destes variados ramos do conhecimento não permite compreender nem solucionar as questões dos locais na globalização?

Brandão (2007) avalia criticamente uma lista de autores e suas respectivas escolas na tentativa de indicar como proceder progressivamente frente a um material teórico tão extenso acerca do desenvolvimento territorial. Para ele, o desafio é criticar tais posições localistas a partir da recuperação

de certas categorias cruciais da tradição da Economia Política crítica. Tópicos como sociedade, classes sociais e trabalho precisam, portanto, encontrar pontos de contato com os conceitos de comunidade, atores/agentes e capital social, típicos destas vertentes a fim de que se produza uma literatura sobre desenvolvimento territorial crítica e propositiva de acordo com as condições reais em que os problemas do desenvolvimento se apresentam.

Assim, de acordo com Brandão (2007), a vertente analítica de sociedade ou economia em rede representada por Manuel Castells exagera a capacidade endógena de certo território por crer que a inserção do local nas redes de informação como a internet permite uma lógica autodeterminante. Diversos outros autores são mencionados, como Douglass North, da Nova economia institucional e Kenichi Ohmae, para quem os Estados-nação terminaram e deram lugar a Estados-região, espaços de poder distintos dos tradicionais Estados originais da formação das nações europeias. A economia solidária representada por Paul Singer também entra na lista de vertentes que dão muito peso à força interna do território, menosprezando assim as determinações gerais da luta de classes e do sistema econômico capitalista.

Já a teoria do crescimento endógeno de Romer e Lucas culmina na ênfase em decisões internas baseadas no melhor funcionamento dos mercados locais. A partir daí, avançam para o conceito de capital humano. Não muito distante desta modalidade de pensar capital, Brandão (2007) indica que Putnam desenvolve a noção de capital social como arcabouço teórico para tratar dos problemas de desenvolvimento territorial. Aqui, cabe destacar que tal conceito é também desenvolvido por Bourdieu, e de uma maneira talvez mais proveitosa para a construção do instrumental analítico dos territórios na globalização capitalista, ainda que contenha certos limites, visto que ainda aqui a perspectiva individual parece ser a base.

A construção do capital social enquanto força a ser desenvolvida no território como forma de atingir desenvolvimento econômico e social foi em parte influenciada pela dinâmica do desenvolvimento capitalista do século 20. Esperava-se que a grande unidade produtiva, pelos ganhos de produtividade em escala, fosse a única forma adequada de organização da produção. No entanto, várias especificidades e níveis distintos dos mercados possibilitaram a formação de unidades de produção inseridas no sistema, sem que se tornassem capitais gigantes. A ideologia crescente de que a economia deve ser mais social e humana também influenciou a perspectiva de desenvolvimento das potencialidades locais como forma de atingir progresso material.

Putnam (2000) se baseia nas experiências da 3ª Itália, em que certas unidades produtivas seguiram um caminho alternativo àquele esperado pela lógica simples da acumulação e concentração. As pequenas associações foram a base para que se desenvolvesse a noção de cooperação local como forma de contornar as dificuldades da concorrência que vem junto com a globalização. Mas, como há uma ausência muito marcante dos conflitos sociais, das disputas e dos atritos na teoria de Putnam, uma outra concepção de capital social parece ser mais adequada para cumprir as orientações de Brandão (2007) e Haesbaert (2006).³

A leitura de alguns textos de Pierre Bourdieu, apoiada nos estudos de Antônio César Ortega e Vitor Alberto Matos sobre o conceito de capital social em Putnam e Bourdieu, indica que este último tem uma ideia de capital social mais refinada do que Putnam. O conflito em Bourdieu é presente, além do que ele se afasta com determinação perspectiva individualista do *homo economicus*. Em sua delimitação sobre o que seria o capital social, Bourdieu desenvolve a noção de capital simbólico. Aqui, ao invés de haver apenas uma modalidade de capital, sempre associada à riqueza abstrata e poder econômico, o autor francês desmembra a categoria capital em alguns tipos, cuja síntese forma aquilo que se denomina capital simbólico.

³ E que são também as indicações de Haesbaert, Reis e Ortega?

A assimilação de cultura, por meio de estudo ou por tradição herdada, forma, por exemplo, o capital cultural. A rede de relacionamentos que um indivíduo possui, por outro lado, compõe o capital social, que seria o ativo na questão de contatos com os demais membros da sociedade. Todos estes elementos conferem certa quantidade de poder ao indivíduo, e o somatório de todas estas dimensões resultaria no capital simbólico adquirido. Este, por sua vez, seria o fator explicativo para a posição ocupada na estrutura social. A partir daqui, fica nítido que esta posição se altera de acordo com o espaço social em questão, assim como de acordo com a trajetória temporal da vida de uma pessoa.

Estas circunstâncias são importantes para tratar das especificidades da política local, pois aquilo que Bourdieu chama de “habitus”, ou seja, a maneira de ser e agir depende do espaço social em que o sujeito vive. Em comunidades com forte apoio nas tradições para guiar suas normas, por exemplo, não se pode dizer que o poder econômico confira imediatamente a posição hierárquica mais avançada. Um indivíduo conhecedor destas tradições pode ser mais poderoso neste campo do que alguém de fora com muito capital econômico mas sem know-how sobre o local e sua história. Assim, o capital simbólico do nativo seria superior ao do estrangeiro, com o que as relações de poder ali são distintas daquelas que se consideraria pela lógica última do modo de produção capitalista.

Estes avanços de Bourdieu (2007) podem se revelar muito úteis para a elaboração de uma teoria dos desenvolvimentos territoriais, em vista da dinâmica de globalização que compõe o pano de fundo de todo desenvolvimento econômico contemporâneo, seja o de uma economia grande e complexa, seja de uma comunidade ou mesmo domicílio em algum ponto específico do globo. A noção de poder como junção de esferas distintas, ou seja, a compreensão de poder mais ampla do que o mero poder econômico permite entender melhor a vida e o cotidiano das localidades que não se reproduzem seguindo a simples lógica de valorização. Neste sentido, o capital social trabalhado por Bourdieu pode ser uma categoria adequada para explicitar a maneira como os membros da localidade se relacionam e como eles reagem à globalização.

Por outro lado, este enfoque em características locais, a preocupação em apreender as tradições e os modos de vida dos diversos territórios, mesmo que não caia em “localismos”, contém limites para o desenvolvimento pleno de uma teoria dos desenvolvimentos territoriais. É preciso nunca se esquecer que o sistema econômico capitalista possui uma lógica-singular, que se expressa de modo muito abstrato e amplo na idéia de valorização do valor. Esta singularidade é o núcleo explicativo do turbilhão globalizante, que cria, ainda que de forma altamente desequilibrada e descontínua, um mesmo tipo de sociedade para toda a humanidade. Ao que parece, para compreender como os territórios se comportam neste furacão que é a formação do modo de produção capitalista como modo de produção global, abrangendo toda humanidade, é necessário integrar aos elementos pontuais de poder local a tradição da economia política que teve continuidade científica a partir das contribuições de Karl Marx.

Neste ponto, a síntese efetuada por David Harvey entre economia política marxista e geografia nos oferece um instrumental poderoso tanto para entender como para atuar sobre os territórios e localidades afetados pelo capitalismo ao longo do século 20, quando o sistema finalmente abarcou todos os cantos do globo, ainda que de modos muito distintos.

3 Geografia e Economia Política em David Harvey

Nos últimos anos, na busca por orientações teóricas pelos movimentos globais de amplas frentes, o nome de David Harvey ganhou popularidade. A trajetória intelectual do autor permite entender porque ele se tornou uma das principais referências destes movimentos e de que modo sua atividade aproximou campos do conhecimento relativamente distantes: a geografia e a economia política.

Harvey interessou-se por geografia na juventude em Kent, Inglaterra, ao percorrer as paisagens regionais de bicicleta. Apesar da grande atração pela literatura, optou pelo curso de geografia na

universidade de Cambridge, visto que avaliou poder prosseguir suas leituras paralelas sem orientação formal. O primeiro livro de Harvey chama-se *Explanation in geography* e foi publicado em 1969. Em sua entrevista para a *New Left Review* em 2000, Harvey explica como produziu este texto. Ele estava há bastante tempo incomodado com um problema central da disciplina de geografia: todo o conhecimento desta área estava muito fragmentado. Em sua avaliação, os estudos e pesquisas eram descrições de casos que se perdiam em uma miríade do que ele chama de “excepcionalismo”. Assim, Harvey avaliou que era fundamental descobrir princípios gerais na geografia, leis científicas que explicassem todos aqueles fenômenos variados de maneira inteligível. A tentativa desta sistematização foi o grande objetivo de *Explanation in geography* e o ponto de partida da locomoção de Harvey para a compreensão do modo de produção capitalista a partir da economia política marxista.

Percebe-se aqui o tino filosófico em Harvey, que se locomove para patamares mais abstratos de compreensão da geografia nas ciências em geral. No entanto, devido às mudanças políticas e toda a movimentação do final dos anos 1960, Harvey sentiu que a obra não cumpria completamente com seu intento. Havia ainda muitas coisas na geografia cuja explicação ainda estava por ser revelada. Neste momento, Harvey muda-se para a Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos, para compor um departamento interdisciplinar, com ênfase em geografia e engenharia ambiental. Este novo ambiente causou mudanças e avanços consideráveis em sua pesquisa. Harvey se aproxima de problemas concretos da região, como a questão da moradia nos centros urbanos. Assim, publica em 1973 seu segundo livro, *Social justice and the city*. Aqui, é possível identificar a transformação intelectual a que nos referimos. Harvey relata que, ao começar a escrever este livro, considerava-se ainda um socialista fabiano.⁴ Mas ao longo da composição da redação final, ele se aproxima cada vez mais do marxismo.

Como se deu esse movimento? Logo após se estabelecer nos Estados Unidos, Harvey foi convidado a ajudar na organização institucional de um grupo de estudantes de graduação que queriam ler *O Capital*. Este lance decisivo terá repercussão em toda sua obra posterior. É interessante ressaltar que Harvey, assim como os alunos, não tinham orientação de ninguém para adentrar o marxismo, por isso, segundo ele, “O grupo de leitura foi uma experiência maravilhosa (...). Enquanto grupo, éramos um cego conduzindo outro” (Harvey ([2000] 2005), p. 22). A formação autodidata em economia política marxista, em conjunto com o esforço por relacioná-la com aquele problema fundamental da geografia, é a característica mais marcante da formação intelectual de Harvey.

O livro *Social justice and the city* compunha o mosaico de estudos críticos em geografia que se proliferava entre os jovens geógrafos, mas ainda não atingia aquela patamar de leis gerais que Harvey perseguia desde os anos 1960. É assim então que, em 1982, após intenso acúmulo teórico, Harvey publica *The Limits to Capital*, seu “texto favorito”, mas “o menos lido” (Harvey ([2000] 2005), p. 25). Trata-se de uma obra de peso teórico considerável, visto que abarca toda teoria econômica sobre o capitalismo e suas relações com a dimensão espacial.

Mais especificamente, o livro é uma síntese de teoria econômica aplicada a questões urbanas, especialmente em relação à fixação de capital no terreno que modifica a paisagem natural e altera assim o ambiente de convivência, produção e distribuição da sociedade. O texto marca a entrada definitiva do autor no campo da Economia Política, ancorada na continuação dada à disciplina por Karl Marx. A idéia motriz que culminou na escrita do livro foi o problema do capital imobilizado, algo pouco desenvolvido na época. A combinação que Harvey efetua entre espaço e os aspectos teóricos principais

⁴ Os socialistas fabianos são os socialistas britânicos que acreditam nos princípios do socialismo democrático e na transformação pela via reformista e gradualista. Eles se organizaram na Sociedade Fabiana, uma organização política britânica de esquerda fundada no ano de 1884. Fazem parte do socialismo utópico e ajudaram a organizar a formação no Partido Trabalhista na Inglaterra.

do *Capital* de Marx é um elemento diferenciador importante que conferirá originalidade à obra, ainda que muitos economistas marxistas não tenham dado atenção à ela na época.

Para Harvey, o principal motivo para a dificuldade de aceitação dos economistas era justamente a lacuna existente nas obras de Marx sobre a questão geográfica. Na teoria econômica de Marx, o tempo aparece de forma muito clara e central, enquanto o espaço fica relegado a um segundo plano. Esse viés poderia estar na raiz da explicação da baixa popularidade inicial do livro de Harvey. Os aspectos da geografia estavam de fato, sempre à margem dos aspectos temporais nas análises marxistas. A história, e não a geografia, compunha a disciplina-chave da metodologia desenvolvida por Marx. Todo esforço consequente de Harvey será o de estender o materialismo histórico dos marxistas para aquilo que será designado pelo geógrafo de materialismo histórico-geográfico. Em suma, seria a tentativa de abranger o espaço-tempo nas análises de reprodução da vida material dominada pelo capital.

Harvey ainda escreveu dois livros influentes para fechar os últimos pontos de sua teoria. *The condition of postmodernity* de 1989, que foi na verdade uma reação sua à ascensão da ideologia pós-moderna para entender o mundo. Harvey não concordava com o deslocamento da categoria do capitalismo para a margem da análise, mas também acreditava que alguns elementos da pós-modernidade poderiam ser usados de modo progressivo. De acordo com seu pensamento, as superações de antigos modos de pensar devem levar adiante certos elementos corretos. Assim, na tarjerória científica e cultural “nunca se deve abandonar inteiramente um ponto de partida; as idéias apenas pegarão fogo se os elementos originais não forem completamente absorvidos pelos novos elementos” (Harvey ([2000] 2005), p. 23) Sua perspectiva enfatiza bastante os aspectos de continuidade quando existem mudanças de paradigma. Por exemplo, a noção de continuação de Smith e Ricardo em Marx é bastante forte na economia política de Harvey, ainda que ele compreenda que a teoria econômica marxista se trate, na essência, de uma crítica à economia política clássica.

Deste modo, a idéia de justiça é um daqueles elementos que permanecem quando Harvey adentra o marxismo. Sintomático desta permanência é a referência esparsa e distante na obra de Harvey ao movimento comunista ou ao construto ideológico mais desenvolvido do movimento: o socialismo científico. Harvey compreende que a noção de justiça não é bem recebida nos círculos de marxistas mais ortodoxos, mas ele não concorda com a maneira como se tem desprezado este conceito. Em sua visão, o discurso da justiça possui um potencial de transformação política verdadeiro, e portanto seria necessário utilizar, ou melhor, reintroduzir a idéia de justiça.

A crescente onda anti-globalização que se forma em inúmeros locais a partir dos anos 1990 formará assim o novo cenário de estudo de Harvey, que se tornará uma das referências dos movimentos contestatórios da atual configuração mundial de uso de recursos para produção e distribuição, em suma, da economia capitalista contemporânea. O livro *Spaces of hope* simboliza a junção criativa e não-dogmática que Harvey executa entre geografia, economia política, marxismo e militância. Apesar de estar relativamente distante dos embates mais específicos do movimento comunista guiado pelo socialismo científico, Harvey domina o método de Marx ao aproximar muitas correntes da esquerda global do marxismo de modo delicado, o que deve ser visto como positivo depois da traumática experiência da popularização do marxismo no ocidente ao longo do século 20 sob hégide da União Soviética.

A economia política geográfica de David Harvey pode ser apresentada de forma sintética tendo este contexto biográfico como pano de fundo. Será que Harvey encontrou os princípios gerais da geografia e quais seriam eles?

4 A lógica do capital e sua influência sobre o espaço

Um aspecto central geralmente ignorado pelo desenvolvimento da teoria marxista da economia e da história foi a dimensão espacial. A contribuição teórica de Harvey é o esforço sistemático para incluir no bojo tradicional da descrição da produção e acumulação capitalista o espaço, entendido de modo abrangente na geografia. Desse modo, ele visa cobrir uma lacuna ao chamar a atenção para os efeitos que o capital tem sobre a Terra, local de produção, distribuição e consumo da sociedade humana. Esta atividade gera, por fim, uma posição específica do autor em um tema bastante caro à própria tradição marxista mais ortodoxa: o imperialismo. Podemos inferir assim que, ao mesclar a análise de localização com a teoria da acumulação de Marx, Harvey produz uma ligação entre dois componentes desconexos, cuja união é absolutamente fundamental para continuar equipando a classe trabalhadora com uma teoria correta. Trata-se da união entre a teoria abstrata do capital, que determina a singularidade da lógica de valorização do valor, e a análise concreta da história, da dinâmica entre os estados capitalistas desde a formação do modo de produção capitalista até os conflitos mundiais no século 20.

Harvey ([1975] 2005) apresenta inicialmente a teoria da acumulação. Partindo do resultado explicitado por Marx nos primeiros capítulos do *Capital*, qual seja, o de que a lógica do modo de produção capitalista se consubstancia por completo na geração incessante de valor, o problema do crescimento é posto em debate. Mesmo que não explicita a todo momento, Harvey está sempre ciente de que o processo de produção do capital é expansão dupla, de acordo com as dimensões opostas da mercadoria. O crescimento econômico, sob a forma capitalista, é portanto acréscimo de riqueza abstrata, computada em termos práticos em termos monetários e aumento quantitativo de riqueza concreta, ou seja, objetos com utilidades específicas para a sociedade (tanto para consumo quanto para produção).

A maneira como o capitalismo aumenta a disponibilidade de bens para a humanidade, ou, em outras palavras, o modo como ele incrementa o domínio do homem sobre a natureza, não fazia parte, no entanto de sua meta. O desenvolvimento das forças produtivas é um efeito colateral positivo da lógica capitalista. Um dos reflexos disto são as crises. Harvey ([1975] 2005) destaca que as crises ocorrem porque esta expansão de valor e valor de uso social total não se dá equilibradamente, e que o ajuste entre a esfera do valor e do valor de uso só se dá mediante “quebras”, movimentos violentos que transparecem sob a forma de crises econômicas. O crescimento é característico do capitalismo, mas de forma alguma é um crescimento harmonioso.

Fiel à caracterização original de Marx sobre o sistema real, Harvey nunca perde de vista que o processo econômico sob o comando do capital é contraditório, conflituoso, tortuoso, que avança “aos tropeços”, renovando-se a cada etapa de entrave no processo de reprodução. Este é um ponto de destaque na leitura que Harvey faz do *Capital* e da teoria econômica em geral, salutar para aqueles que prezam em diferenciar o modelo da realidade. As escolas de pensamento econômico que surgiram desde a dissolução da Economia Política Clássica passaram a se apoiar cada vez mais nas idéias de harmonia, homogeneidade e equilíbrio. Disso resultou a elaboração de modelos da economia que expõem todos elementos de distúrbios, contraste e desencaixe.

Com efeito, o próprio desenvolvimento teórico no *Capital* foi submetido às formalizações analíticas que, naturalmente, negam os princípios básicos da dialética. Assim, mesmo a teoria de Marx ganhou uma vertente que enfatiza os aspectos de constância e permanência em detrimento dos elementos de destruição e ruptura. Em especial, o problema da acumulação de *Capital* foi um dos

responsáveis por forçar muitos marxistas a fechar o modelo de reprodução expandida como forma de demonstrar que o capitalismo tem condições de se reproduzir indefinidamente.⁵

David Harvey, atento aos avisos de Marx quanto à metodologia de pesquisa e apresentação, não se engana quanto à abstração das distorções efetuada no *Capital*. Por isso, o desenvolvimento desigual, inconstante, heterogêneo e desequilibrado é o elemento genuíno da realidade capitalista. Esta visão será a base de Harvey para analisar criticamente as leituras ortodoxas e lineares dos escritos de Marx, especialmente, o Manifesto Comunista.

De toda forma, o crescimento, tanto de riqueza abstrata quanto concreta, é existente e interrompido pelas crises periódicas, que renovam as condições de acumulação em patamares mais elevados através de rearranjos da estrutura produtiva. Aqui, Harvey se atreve a fornecer uma base analítica de compreensão do imperialismo sem abandonar a lógica do capital. Dado que o sistema precisa expandir para atender à necessidade de expansão valor, Harvey ([1975] 2005) (p. 47-48) sugere que existem quatro modalidades de adaptação às quais o sistema pode recorrer para evitar a crise:

Primeiro, podem ser criados novos setores de produção, ou seja, novas esferas de atividade, que operem sob a lógica do capital (por exemplo, conversão da produção camponesa de subsistência em produção para o mercado). A divisão do trabalho também pode ser aprofundada para que mais especialidades produtivas apareçam;

Em segundo lugar, podem ser criados novos desejos e novas necessidades por meio de novos produtos. Harvey, escrevendo em 1975, cita como exemplo os automóveis e bens eletrônicos, mas hoje não teríamos dificuldade de listar uma variedade imensa de artigos cujo propósito de consumo é satisfazer uma necessidade/desejo criado pela indústria da propaganda (a Apple parece ser o maior expoente neste caso). Aqui também o processo de racionalização e organização da esfera do consumo para atender a produção capitalista é citada (por exemplo, a obsolescência programada, que força o consumo a se adaptar à dinâmica produtiva do sistema);

Um terceiro ponto se refere à possibilidade de haver incentivos e estímulo para o crescimento populacional, para que a relação entre capital e trabalho não se torne estreita e

Finalmente, uma quarta maneira de o capitalismo contornar seus próprios limites pode haver uma política de expansão geográfica do sistema para novas regiões.

O importante aqui é notar que Harvey distingue dois modos de crescimento do sistema como forma de empurrar o estouro da crise capitalista para diante. O primeiro é chamado de intensificação, e se refere aos três primeiros itens. Aqui, a atividade econômica é intensificada no âmbito de certa estrutura espacial definida. A economia não se expande espacialmente, mas sim, em termos de aprofundamento da intensidade no uso dos recursos existentes na região em que já ocupa.

O outro modo, a quarta maneira de contornar as restrições diretas da reprodução do capital, é chamado de expansão extensiva, ou expansão geográfica: é o aumento da área de abrangência de certa economia, que se torna maior pela anexação de regiões que antes não faziam parte dela. Este ponto seria referente ao imperialismo entendido como avanço espacial dos sistemas regidos pelo capital. Sua contrapartida real é o desenvolvimento do comércio exterior, da exportação de capital e da criação do “mercado mundial”.

Esta divisão entre expansão do valor por intensificação e por extensão é um construto teórico útil para incorporar a dimensão espacial na economia política marxista, mas não significa que seja possível de identificá-la na prática. Harvey ([1975] 2005) salienta que “diversos equilíbrios ocorrem entre a intensificação e a expansão geográfica” (p. 48), podendo um país adotar uma série de combinações de todos os itens para levar a iminência da crise até o limite. O ponto é que, caso a

⁵ Sobre isso, ver Luxemburgo (*A acumulação do Capital*) criticando os marxistas russos contra os populistas na controvérsia sobre a viabilidade do capitalismo na Rússia.

intensificação por algum motivo se torne muito difícil, o sistema irá recorrer à expansão geográfica como forma de saciar a sede de acumulação do capital.

Percebe-se também que a dimensão espacial não se restringe ao avanço geográfico característico do imperialismo: a intensificação do processo econômico também altera o espaço, por exemplo, pela alteração do terreno na formação de centros urbanos e de toda malha locomotiva dentro de uma região cuja intensidade produtiva se aprofunda. Aqui se pode destacar o exemplo dos países ou regiões que pelo acúmulo e concentração de capital puderam alterar significativamente a paisagem natural de suas economias (como exemplos podemos citar o Japão, as áreas urbanas de Nova York, a densa malha de vias na Alemanha, etc...).

A partir daqui, as conexões entre a produção capitalista e as alterações do espaço são podem ser analisadas numa crescente de detalhes. Harvey utiliza termos próprios para dar conta deste tipo de interação, como relações de transporte e integração espacial, ou a produção do espaço pelo capital. De forma resumida, toda esta descrição culmina na compreensão totalizante de dois problemas centrais que dominam as controvérsias em torno da globalização: a construção de um mundo inteiro por igual e a relação entre a região e o globo. Em paralelo a este eixo, Harvey se envolve com a controvérsia sobre o imperialismo e tentará também dar uma contribuição aqui.

Mas o ponto central para o tópico em consideração, a relação entre o local e o global, ou a reação dos territórios frente à globalização, é o que Harvey designa de desenvolvimentos geográficos desiguais: uma forma de transformação do espaço e do território ditada pela dinâmica concreta do capitalismo.

5 Desenvolvimentos geográficos desiguais e a lei do desenvolvimento desigual e combinado

Amparado por esta compreensão do processo de reprodução e acumulação capitalista enquanto fenômeno heterogêneo e complexo, Harvey retoma as visões contidas no Manifesto do Partido Comunista para abordar o tema da globalização. Qual é, resumidamente, o idéia de Harvey na recuperação do pensamento marxista?

A criação do mundo do capital na perspectiva dos marxistas das primeiras gerações dava muita ênfase aos aspectos unificadores, além do que o tom positivo em sobre o sistema capitalista enquanto revolucionador das forças produtivas era bastante saliente. Diferentes correntes se formaram a partir desta visão, desde aquelas ligadas à formação do marxismo como dogma pelo processo de degeneração burocrática ocorrido durante a formação da União Soviética, até às vertentes reformistas de Kautsky e Bernstein.

Em oposição a estas leituras rígidas e lineares, Harvey desenvolve o conceito de “desenvolvimentos geográficos desiguais” para mostrar que a construção do mundo capitalista não é nenhuma transformação equilibrada. Ao invés de pensar na integração de todas as partes do globo ao sistema em uma dinâmica expansiva que iguala imediatamente todas as localidades entre si, a formação do mercado mundial e do modo de produção capitalista total deve ser entendida como algo essencialmente diferenciador, que não elimina as especificidades regionais e as tradições.

Harvey (2004) lista uma série de pontos que problematizam com a visão tradicional do Manifesto, sempre com o intuito de atualizar o esboço geral da força globalizante do capitalismo contida no panfleto. São sete pontos de crítica que culminam em conclusões práticas de alta relevância para todo movimento social no começo do século 21.

Em primeiro lugar, como já foi esboçado, Harvey acredita que a expansão homogênea do modo de produção capitalista pelo globo é uma simplificação grosseira do que ocorre na realidade. A forma como a globalização é exposta no Manifesto dá brecha para a formação da idéia de difusão centrífuga do modo de organização econômica a partir da Inglaterra e Europa. Harvey não nega que existe um

movimento geográfico que parte do Velho Continente para o resto do mundo, no entanto, ele não pode ser concebido como algo retilíneo, sem distúrbios.

Um segundo ponto é que o texto de Marx e Engels dá grande ênfase no avanço técnico de transporte e comunicação, o que torna o Manifesto presciente ao extremo. Em outras palavras, o desenvolvimento das vias de contato e integração geográfica cria a idéia de certeza exagerada ao que vem no futuro. No ímpeto por resumir a trajetória completa do desenvolvimento histórico da luta de classes e da sucessão entre modos de produção, haveria ali um raciocínio muito imediato sobre como a formação da sociedade futura se daria necessariamente a partir do avanço das forças produtivas no capitalismo.

Outra questão, referente à política, se refere à formação territorial dos Estados-nação. Esta seria é demasiadamente resumida, visto que o mundo do Manifesto só se concretizou de fato após 1945, quando as limitações geográficas de domínio entre os Estados se firmaram. Ainda assim, lembra Harvey (2004), as linhas divisórias nunca foram fixas e permanecem incertas em várias áreas do mundo até hoje. Isso indica que devemos pensar no mapa política como algo sempre mutante, indefinido, mesmo que a operação mercantil tenha se desenvolvido com força nas pausas entre os grandes conflitos militares.

Um quarto e quinto ponto se referem à pouca atenção dada a aspectos que se tornaram fundamentais ao longo do século 20. Primeiro, a influência do capital financeiro sobre a organização espacial do mundo não tem a importância devida, segundo Harvey (2004). Segundo, a luta de classes é posta de modo muito amplo, sem que se considere as escalas de disputa. Ou seja, sem levar em conta a relação entre luta de classes e espaço, sem lembrar que os anseios políticos e organizações são específicas de acordo com o local onde ocorrem. A abstração necessária para conceber o modo de produção capitalista em seu transcurso puro possui a dificuldade de vislumbrar a luta de classes apenas como o conflito entre capital e trabalho. Na prática, é preciso mediar corretamente a teoria com as forças sociais que dão concretude ao motor da história.

Disso decorrem os dois últimos pontos críticos em relação à visão tradicional do Manifesto. De acordo com Harvey (2004), o potencial revolucionário do campo é ignorado. Isto indica que uma reavaliação importante do processo revolucionário no século 20 precisa ser feita. Em seguida, e, em consonância com a perspectiva linear, o Manifesto deixa subentendido que haverá uma homogeneização da classe trabalhadora mundial. O problema do internacionalismo, nacionalismo e imperialismo só pode ser adequadamente tratado se tivermos a noção de que tal processo de construção de um trabalhador idêntico no mundo não se completa, por mais que se desenvolva o modo de produção capitalista. Harvey (2004) indica que o capital não cria o modelo abstrato contido no aparato de Marx para descobrir as leis de funcionamento da sociedade moderna. De fato, o capital joga com as diferenças, reproduz desníveis e diferenças que podem ser usadas como espaços de ampliação da acumulação, num processo infundável de desconstrução e reconstrução econômica.

O termo “desenvolvimentos geográficos desiguais” busca resumir esta visão espacial que Harvey tem do capitalismo. De acordo com esta perspectiva, toda força de fragmentação, divisão e diferenciação entre regiões, idéias e estruturas são trazidas como contraponto à perspectiva do avanço progressista inerente ao capitalismo que deveria culminar por força automática no socialismo. Um aspecto interessante e altamente controverso levantado por Harvey (2004) é a relação entre tradição e racionalidade no capitalismo.

Diferente da visão ortodoxa de que todas as formas de relacionamento pessoal e tradicional são destruídas pelo capital e pela imposição da racionalidade econômica, Harvey (2004) acredita que o próprio capital recria, mantém e inventa formas tradicionais de relacionamento social. Isto explicaria em boa medida porque certas relações, como o racismo, apoiam a valorização e continuam a existir, mesmo em sociedades com desenvolvimento capitalista bastante alto. Harvey argumenta que a manutenção de várias formas sociais tradicionais não se deve ao baixo índice de desenvolvimento

capitalista no local. O capitalismo não entra necessariamente em contradição com relações sociais tradicionais, mas se adapta e mesmo fomenta estas relações, desde que sejam benéficas para a acumulação, ainda que pontual. Estas relações tradicionais não podem ser observadas como resquícios do passado, que podem ser superadas com *mais desenvolvimento capitalista*:

A dificuldade central reside no pressuposto de que a indústria e a mercadificação capitalistas vão levar à homogeneização da população trabalhadora. Há naturalmente um sentido inegável em que isso é verdadeiro, mas o que o pressuposto não consegue avaliar é a maneira pela qual o capitalismo ao mesmo tempo diferencia os trabalhadores uns dos outros, por vezes alimentando antigas distinções culturais, relações de gênero, predilações étnicas e crenças religiosas. (...) O resultado disso é a implantação na paisagem geográfica do capitalismo de todo tipo de divisões de classe, de gênero, e outras divisões sociais. Não é possível compreender divisões como as que há entre cidades e subúrbios, e tanto entre regiões entre nações, como resíduos de alguma ordem antiga. (Harvey (2004), p. 60)

Qual é a proposta de David Harvey, então, para superar as limitações apontadas? Resumidamente, é combinar marxismo rígido com toda pletera de ações sociais da segunda metade do século 20, que incluem formas superestruturais nas vertentes como o pós-modernismo, a anti-globalização, as ações pró-meio ambiente, pelos direitos humanos e assim por diante. Um erro comum que deriva do Manifesto é que a ação política parece sempre ser determinada fundamentalmente pela escala global. Isto faz com que lutas locais/regionais/específicas sejam desconsideradas por muitos militantes instrumentalizados com o marxismo. Harvey indica que mediações entre o local e o global devem ser feitas, para que o movimento comunista apoiado na teoria de Marx possa ter maior efetividade. E aqui, em paralelo, encontramos indicações para construir a teoria dos desenvolvimentos territoriais.

Em uma palavra: as mudanças nas escalas em conjunto com as diferenças geográficas devem produzir estratégias de mudança específicas. A ação política deve levar em conta a heterogeneidade entre os diferentes pontos do globo e a dimensão política do problema em termos de luta social. O nexo local/global deve ser trabalhado a partir da distância entre os problemas sociais concretos (de desenvolvimento econômico e social, por exemplo), com a divisão última explicitada pela teoria de Marx: a divisão entre capital e trabalho. Sem essa linha escalar de orientação, o afastamento dos militantes em relação aos teóricos marxistas nunca será superada.

Como resultado, um exemplo: é necessário apoiar “particularismos militantes” localizados (anti-globalização, pró-meio ambiente, lutas feministas, direitos diversos) mesmo que eles não se relacionem com a luta da classe trabalhadora no primeiro momento. A teoria de Harvey não abandona as abstrações da teoria marxista, mas não se confunde quanto à possibilidade de criar uma “pessoa socialista homogênea e unificada”.

O âmbito da teoria, aplicada à geografia e à problemática de escalas em relação às ações políticas para o desenvolvimento, é de fato uma extensão específica da desenvolvida por Trotsky (1930), que é tirada de Lenin, que é tirada de Marx, que é tirada de Hegel e de toda filosofia até Feuerbach. No que consiste o núcleo da teoria? Na dialética enquanto unidade das transformações observadas na realidade. Lenin começou a aplicar a teoria na compreensão de transformações concretas na história da humanidade, e Trotsky deu continuidade à noção de que o desenvolvimento dos fenômenos, inclusive sociais, é desigual.

A visão linear-homogênea não cabe no método de pesquisa, apresentação e ação elaborado por Marx. Harvey compreendeu isto e realizou um duplo movimento que o projetou em termos de

popularidade nos anos 2000: primeiro, vinculou todas as manifestações sociais pontuais ao desenvolvimento do capitalismo e suas contradições como objeto para construção do socialismo e, segundo, combinou a economia política marxista com os estudos da geografia.

A elaboração de estratégias de desenvolvimento para territórios de todo tipo pode, portanto se apoiar nessas contribuições sem receio de cair no dogmatismo de progresso linear, de evolução automática típico do marxismo ortodoxo que se difundiu no ocidente a partir de uma série de eventos históricos que deturpam a apropriação do materialismo histórico pela população trabalhadora e a confinaram aos circuitos oficiais de ensino. A desconstrução dessa tradição escolástica do marxismo é um processo fortemente perseguido desde meados dos anos 1920, mas que vem sendo retomada recentemente pela recuperação dos estudos científicos sobre a formação da União Soviética. A noção do desenvolvimento social como uma linha única de evolução é um dos graves erros de apropriação da teoria de Marx que deformaram os elementos mais fundamentais da dialética ali presente. Trotsky (1938) indica que o conceito de evolução foi completamente corrompido pela academia e por autores liberais para significar progresso pacífico.⁶ Mas as transformações não ocorrem desta forma, sendo que a evolução da sociedade também não é uma homogeneização dos processos sem distúrbios.

A partir dos anos 1980, Theis (2009) aponta que o tema do desenvolvimento desigual voltou a ser debatido a partir da influência de Michael Löwy. Mais recentemente, o tema foi trabalhado a partir da perspectiva espacial, com o que surge a teoria do desenvolvimento geográfico desigual, resultado final de toda trajetória intelectual do geógrafo Harvey, responsável por identificar todo aspecto geográfico na teoria econômica de Marx via popularização da visão de aniquilação do tempo pelo espaço efetuado pelo capital. O desenvolvimento geográfico desigual explicita de que forma o capital promove desenvolvimento em certas regiões e retrocesso em outras. Deixa nítido que certos pontos do globo podem atingir níveis impensáveis de acumulação de riqueza material, enquanto outros, mesmo muito próximos destes, se afundam em pobreza unívoca.

Theis (2009) lembra que, de fato, vários autores brasileiros incorporam a tese do desenvolvimento desigual no estudo do espaço, talvez até de modo inconsciente, como Milton Santos, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes. Sabe-se que estes pesquisadores contribuíram incisivamente para a compreensão da realidade nacional, a partir de um arcabouço teórico universal. Isso indica que a dinâmica heterogênea de formação do modo de produção capitalista no globo nunca deve ser perdida de vista. Em outras palavras: não se pode cair no automatismo linear difundido pela tradição marxista oficial após o estabelecimento da experiência socialista na Rússia, abandonando os aspectos infundáveis de contradição dentro da unidade.

A globalização, apesar de conter uma lógica unificadora sem ambivalências, procede recriando espaços distintos e, portanto, sociedades distintas, ainda que conectadas. As particularidades não desaparecem e não podem ser desprezadas. Uma aproximação dos saberes locais com os estudos sistemáticos organizados sob a forma de conhecimento escrito e codificado é uma condição importante para a elaboração de ações que convertam a mundialização em um movimento de vantagens para os trabalhadores do mundo. Neste sentido, a geografia e economia política de David Harvey podem ser pontos de partida eficazes para coordenar os trabalhos intelectuais na área de desenvolvimento territorial, que insistem em abandonar a teoria marxista para apenas dar conta da descrição dos fenômenos diretamente observáveis na superfície.

Referências

Brandão, C. A. (2007). *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas, Editora da Unicamp.

⁶ “Only one must not forget that the concept of “evolution” itself has been completely corrupted and emasculated by university and liberal writers to mean peaceful “progress”.” Trotsky (1938). *The ABC of Materialist Dialectics*.

- Bourdieu, P. (2007). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil.
- Friedman, T. L. (2005). *O mundo é plano*. Editora Objetiva.
- Haesbaert, R. (2006). *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand.
- Harvey, D. ([2000] 2005). A reinvenção da geografia: uma entrevista com os editores da New Left Review. In: Harvey, D. (2005). *A produção capitalista no espaço*. São Paulo: Annablume.
- Harvey, D. (2012). *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Harvey, D. (2005). *A produção capitalista no espaço*. São Paulo: Annablume.
- Harvey, D. (2004). *Espaços de Esperança*. São Paulo.
- Putnam, R. D. (2000) *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Theis, I. M. (2009). Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. *Novos Cadernos NAEA*, vol. 12, no. 2, pp. 241-252.
- Trotsky, L. (1939). The ABC of Materialist Dialectics. In: Trotsky, L. (1939) *A Petit-bourgeois Opposition in the Socialist Workers Party*, Trotsky, December 15, 1939. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/trotsky/1939/12/abc.htm> [acesso 20/12/2012].